



ACÓRDÃO Nº1584/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11706/2021.

Apensos: Processo nº 10210/2021, 14846/2019, 14212/2019 e 13560/2019.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Saul Nunes Bemerguy.

4- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6474 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280.

5- Procurador de Contas Oficiante do Processo: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida

6- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Determinação.
Ciência. Arquivamento.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. Conhecer** os Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Saul Nunes Bemerguy**, por meio de seus procuradores, contra o Parecer Prévio nº 34/2023 – TCE – Tribunal Pleno, considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade descritos nos arts. 145 e 148, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;
- 7.2. Negar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Saul Nunes Bemerguy**, por meio de seus procuradores, contra o Parecer Prévio nº 34/2023 – TCE – Tribunal Pleno, conforme fundamentação do Voto;
- 7.3. Determinar**, de ofício, a alteração do Parecer Prévio nº 34/2023 e do Acórdão nº 34/2023 – TCE – Tribunal Pleno, para adequá-los ao processamento indicado na Exposição de Motivos nº 2/2023/SECEX, aprovada pelo Tribunal Pleno, os quais passarão a ter a seguinte redação:



ACÓRDÃO Nº1584/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

PARECER PRÉVIO

7.3.1.Emitir Parecer Prévio recomendando à câmara municipal de Tabatinga a desaprovação das contas de governo do **Sr. Saul Nunes Bemerguy** referente à Prefeitura de Tabatinga, exercício de 2020, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, caput e §§ 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, em razão da irregularidade não sanada referente a ato de governo constante na fundamentação do voto;

ACÓRDÃO

7.3.2.Determinar o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio aprovado pelo plenário e de cópia integral do processo à Câmara Municipal de Tabatinga, a fim de que exerça a competência prevista no art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas no que tange a julgar as referidas contas de governo;

7.3.3.Determinar à Secex que adote as medidas necessárias para a autuação de processo de Fiscalização de Atos de Gestão – FAG com relação às irregularidades identificadas pelas unidades técnicas que se referem a atos de gestão, conforme disposto no subitem 35.4 da Exposição de Motivos nº 2/2023/SECEX aprovada pelo plenário em 25/4/2023;

7.3.4.Arquivar os autos, expirados os prazos legais;

7.4. Dar ciência deste voto e da decisão plenária superveniente ao **Sr. Saul Nunes Bemerguy**, por meio de seus procuradores;

7.5. Arquivar os autos, depois de expirados os prazos legais.

8- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023

10- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara



ACÓRDÃO Nº1584/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral